

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA Xª VARA  
CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX**

*Autos nº XXXXXXXX*

**FULANO DE TAL**, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, que a esta subscreve, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar

## **RÉPLICA**

à contestação apresentada nos autos pela **UNIVERSIDADE TAL** o que faz com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir aduzidos.

### **I. Breve Síntese da Demanda**

A Autora promove esta demanda para que a ré forneça o Diploma de conclusão de nível superior em Pedagogia, curso em colou grau em XX de XXXXX de XXXX. Apesar de vários

requerimentos, a requerida forneceu o diploma apenas em XX de XXXXXX de XXXX, data posterior à proposta da presente ação. Pugna ainda, por indenização por danos morais no valor de R\$ XXXXX (XXXXXXX reais).

A demandada contestou a ação alegando que a pretensão da autora é incabível pelo motivo de que não há prazo estipulado em lei para a confecção e entrega de diploma.

Alega ainda a impertinência da indenização por danos morais uma vez que a autora não sofreu qualquer espécie de humilhação ou constrangimento e que os fatos enfrentados não passam de mero aborrecimento.

## **II. DO MÉRITO**

Inicialmente, a autora foi devidamente cientificada para retirar o diploma, visto que a instituição de ensino informou a confecção do documento, conforme fl. 36.

A alegação da parte ré de que os fatos sofridos pela autora não passam de mero aborrecimento não fazendo jus à indenização por danos morais não merece prosperar.

A autora, depois de três anos e meio de curso, colou grau em XX de XXXXXXX de XXXX e teve seu diploma expedido apenas em XX de XXXXXX de XXXX, ou seja, quase dois anos depois da conclusão do curso e mais da metade do tempo que a aluna levou para se graduar.

É certo que a instituição carece de prazo para a confecção, e entrega do diploma, mas o lapso de tempo no caso em trato foge e muito do razoável.

A autora, por diversas vezes, buscou de forma amigável resolver a situação com a faculdade, mas era mal atendida e tratada com descaso pelos funcionários da instituição, conforme protocolos de atendimento anexos (fls. 14 a 16).

O dano moral compreende à violação dos bens imateriais que, por sua natureza, são mais valorados e importantes para o indivíduo que se seu patrimônio material. A autora, além de se ver com sua capacidade de exercício reduzida em razão de não poder laborar na área que escolheu, se dedicou e se especializou, perdeu diversas oportunidades de trabalho e ascensão profissional por motivo da demora do recebimento do diploma.

A requerente ainda se viu com risco de perder seu emprego, pois a empregadora exigia-lhe o tempo todo a apresentação do diplome e que não poderia esperar por muito mais tempo.

Todo o dano percebido pela autora, conforme aqui demonstrado não deve ser considerado como mero aborrecimento sofrido, tendo direito a receber pagamento de indenização por danos morais.

### **III. DO PEDIDO**

Assim sendo, diante dos argumentos ventilados acima,  
**REITERA-SE** os pedidos contidos na inicial, pugnando pela  
procedência dos pedidos.

Termos em que, pede deferimento.

XXXXXX-XX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

---

**FULANO DE TAL**

**Defensor(a) Público(a)**

**FULANO DE TAL**

**Mat. XXXXX**